



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANA BEATRIZ VIEIRA BATISTA**

**CONTANDO HISTÓRIAS, GUARDANDO MEMÓRIAS: NARRATIVAS DE IDOSOS  
QUE ESTUDARAM NOS ANOS DE 1960 NO MUNICÍPIO DE AURORA - CEARÁ.**

**FORTALEZA**

**2021**

ANA BEATRIZ VIEIRA BATISTA

CONTANDO HISTÓRIAS, GUARDANDO MEMÓRIAS: NARRATIVAS DE IDOSOS QUE  
ESTUDARAM NOS ANOS DE 1960 NO MUNICÍPIO DE AURORA - CEARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ari de  
Andrade

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B336c Batista, Ana Beatriz Vieira.

Contando histórias, guardando memórias : narrativas de idosos que estudaram nos anos de 1960 no município de Aurora - Ceará / Ana Beatriz Vieira Batista. – 2021.  
52 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia  
, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

1. Educação. 2. Memória. 3. Município de Aurora. I. Título.

CDD 370

---

ANA BEATRIZ VIEIRA BATISTA

CONTANDO HISTÓRIAS, GUARDANDO MEMÓRIAS: NARRATIVAS DE IDOSOS QUE  
ESTUDARAM NOS ANOS DE 1960 NO MUNICÍPIO DE AURORA - CEARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José Antônio Gabriel Neto  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Erbenia Maria Girão Ricarte  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte  
(UERN)

À todos que participaram dessa jornada.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por me dar forças e me manter firme nessa jornada.

Devo muita gratidão a toda a minha família, em especial aos meus pais, Erivaldo e Ilma, que são meus exemplos de vida, vocês me incentivaram e me incentivam a buscar pelos meus sonhos, eles são meu alicerce e minha inspiração. E também ao meu irmão, Filipe, que é meu companheiro diário e meu motivador para concluir esse trabalho.

Agradeço também ao meu noivo, Fagner, por toda a paciência e prontidão para me ajudar nesse desafio acadêmico e nos momentos de desânimo.

Uma gratidão especial ao meu avô, Antônio Batista, mais conhecido como Antônio de Honório, você é a inspiração desse trabalho, é por você. Foram suas lembranças que me fizeram refletir e me fizeram querer eternizar um pouco de você, foram suas conversas que conseguiram iluminar todo esse trabalho.

Quero agradecer também a minha 'panela', as minhas parceiras e amigas que eu conheci nessa trajetória da universidade, sem vocês essa caminhada teria sido sem graça e desanimadora, vocês fizeram e fazem parte da minha vida. Então agradeço, em ordem alfabética, Alana, Bárbara, as minhas xarás, Beatriz Magalhães, Beatriz Ribeiro, Carina, Maria Letícia, Sarah e Stefany.

Agradeço também ao meu orientador, Francisco Ari, o senhor acreditou desde o começo e me fez acreditar também. Agradeço demais a sua paciência e a sua calma durante esses anos acadêmicos, o senhor é um exemplo docente.

E por fim, para não ficar tão longo os agradecimentos, peço perdão a todos que não coloquei nome aqui, mas quero agradecer a todos que conheci durante a universidade, aos funcionários da FACED, aos funcionários da Secretaria de Cultura de Aurora, aos entrevistados e a todos que me acompanharam durante essa caminhada.

"A lembrança é a sobrevivência do passado."

(Ecléa Bosi)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a educação na cidade de Aurora - Ceará nos anos de 1960, bem como, resguardar a memória dos sujeitos que estudaram no município durante a década em questão. Assim sendo, busca-se compreender a partir da visão dos estudantes como se dava a educação naquela localidade, já que a década de 60 foi um período de reviravoltas políticas e educacionais. E então, ao entender a história de Aurora, percebe-se as diversas marcas do coronelismo e do banditismo, o qual deixou longos rastros na vida dos aurorenses. Assim conhecendo a história da localidade, é possível compreender os desafios que esta percorreu. Com isso, para a pesquisa utilizou-se como meios metodológicos o levantamento bibliográfico, a fim de entender o percurso social, cultural, político e educacional, e além disso, o uso da história oral na captação das entrevistas. Assim sendo, a década de 1960 em Aurora acaba sofrendo algumas influências do período militar, ainda que bem mascarada, sendo perceptível através da construção da consciência cívica. Apesar de mudanças educacionais ocorrerem no território brasileiro ao longo dos anos, a cidade de Aurora ainda seguia nos moldes da pedagogia tradicional e suas metodologias.

**Palavras-chave:** Educação; Memória; Município de Aurora



## **ABSTRACT**

This research aims to understand education in the city of Aurora - Ceará in the 1960s, as well as to protect the memory of the subjects who studied in the municipality during the decade in question. Therefore, we seek to understand from the students' point of view how education was given in that locality, since the 60's were a period of political and educational twists. And so, when understanding the story of Aurora, one can see the different marks of coronelismo and banditry, which left long traces in the lives of the people of Aurora. Thus, knowing the history of the locality, it is possible to understand the challenges that it has gone through. Thus, for the research, the bibliographic survey was used as methodological means, in order to understand the social, cultural, political and educational path, as well as the use of oral history in capturing the interviews. Therefore, the 1960s in Aurora ends up suffering some influences from the military period, although well masked, being noticeable through the construction of civic consciousness. Despite educational changes occurring in Brazilian territory over the years, the city of Aurora still followed the molds of traditional pedagogy and its methodologies.

**Keywords:** Education. Memory. Municipality of Aurora

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado do Ceará . . . . .	38
Figura 2 – Ponte sobre o rio Salgado em Aurora . . . . .	42
Figura 3 – Desfile do dia 07 de Setembro, em Aurora . . . . .	48
Figura 4 – Momento cívico em Aurora, em cores <sup>1</sup> . . . . .	49

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PLAMEG I	Plano de Metas Governamentais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .	12
2	<b>BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DO CEARÁ: DA COLÔNIA AO INÍCIO DO GOLPE MILITAR (DÉCADA DE 1960)</b> . . . . .	16
2.1	<b>Do Brasil ao Ceará: Os desafios da colônia até o segundo reinado</b> . . . .	16
2.1.1	<i>O percurso do Brasil ao Ceará com a proclamação da República até os tempos da Era Vargas</i> . . . . .	23
2.1.2	<i>Populismo, desenvolvimentismo e a educação no Brasil: Depois do golpe de Vargas até o golpe militar</i> . . . . .	28
2.2	<b>O processo da educação nos anos de 1960 no Brasil</b> . . . . .	29
2.2.1	<i>O percurso da educação Cearense na década de 1960</i> . . . . .	32
3	<b>A CIDADE DE AURORA: SUA HISTÓRIA E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO</b> . . . . .	35
3.1	<b>O surgimento da cidade de Aurora e suas versões</b> . . . . .	35
3.2	<b>Aurora: sua trajetória de desenvolvimento social, político e educacional</b>	37
4	<b>LEMBRANÇAS DO ‘MEU TEMPO’ DE ESCOLA: RELATOS DE PESSOAS QUE ESTUDARAM NOS ANOS DE 1960 EM AURORA</b> . .	43
4.1	<b>A escola da minha época: lembranças da escola de aprendizagens</b> . . . .	43
4.2	<b>Memória e nostalgia: lembranças da década de 60</b> . . . . .	46
5	<b>CONCLUSÃO</b> . . . . .	50
	<b>REFERÊNCIAS</b> . . . . .	52

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão histórica dos fatos se faz de suma importância para que os indivíduos passem a entender sua construção social, cultural e até mesmo familiar. Nesse sentido, esses aspectos são cruciais na formação do ser, contribuindo para o entendimento do seu espaço/meio. À vista disso, existe a necessidade de que essa história seja resgatada e documentada para que não se perca com o passar do tempo.

Com isso, ao se levar em conta a cidade de Aurora no Estado do Ceará, percebeu-se poucos registros que documentasse a sua história, tanto em âmbitos sociais, econômicos, culturais e educacionais, o que conseqüentemente, traz à tona a problemática do esquecimento da memória da cidade, podendo dessa forma, causar um enfraquecimento na identidade do povo local.

Diante disso, muitas das riquezas históricas se faz presente nas conversas dos mais velhos, em suas horas a fio de prosa ao pé do alpendre, na sombra de um juá, no desbulhar do feijão e dentre outros momentos, o velho busca seu espaço de escutar, o que, no entanto, acabam sendo lembranças levadas pelo vento ou até mesmo desconsideradas, muitas vezes, pelos seus ouvintes.

E foi então, nos momentos de visita aos parentes, moradores do município, que surgiu esses processos de recordação e escuta, e dentre tantos pontos de prosa, apareceu a temática educação, e foi essa questão um dos principais pontos de reflexões que inquietaram e conduziram à necessidade da captação de histórias orais, para que pudessem reconstituir o itinerário histórico educacional do município. Tendo em vista, que ao se pesquisar sobre a educação de Aurora, houveram pouquíssimas e até nenhuma resposta, ocorrendo então a necessidade de mudar esse fato e reconstituir a história da educação dos anos de 1960, considerando que esse ato possibilitaria o registro e a guarda da memória vivida pelos indivíduos, mesmo que no pequeno espaço tempo. Assim, tomando como delimitação os anos de 1960, pois foi esse período que mais se fazia presente nas conversas dos mais velhos, e a qual se fazia bastante referência sobre a diferença da sua educação com a da atualidade. Assim, os sujeitos que concederam a entrevista foram escolhidos através da delimitação do período desta pesquisa.

Vale destacar também, que os anos de 1960 ainda é resultante do reflexo de modernização causado pela chegada do trem em Aurora na década de 1920, apesar de bem curto o período de crescimento econômico, social, cultural e educacional em Aurora.

Para construir esse itinerário buscou-se por pessoas que estudaram no período já

destacado, diante da busca, foi possível conversar com dois sujeitos, a qual será garantido o sigilo de suas identidades, pontua-se também que os indivíduos estudaram na mesma escola, assim havendo uma familiaridade e diálogo de seus relatos. Ressalta-se um adendo, esse número de entrevistados foi reduzido devido ao momento pandêmico vivido durante o período da coleta, como trata-se de pessoas mais velhas, necessitou do resguardo destes e o cuidado da pesquisadora. Assim, esses sujeitos, se prestaram a conceder a entrevista e o resguardo histórico de suas memórias.

Com isso, “não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções ou lacunas” (BOSI, 2010, p. 37). Assim, não cabe-nos aqui comparar os relatos dos entrevistados com os pontos esboçados em livros, não vale-nos interpelar sua memória e sua história, que são individuais e subjetivas. E que, “os sujeitos construtores da história são, enfim, todos que deixaram sua marca visível ou invisível no tempo em que viveu” (MACÊDO, 2019, p. 16).

Para compreender melhor em que espaço estamos nos dirigindo, e a metodologia que se utilizou, fez-se necessário compreender sobre a temática em torno da memória e da história oral.

Antes mesmo de adentrar na significação da memória, sabe-se que ela “é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 2010, p. 39). Então dentro do campo extenso da memória, conseguimos armazenar uma pequena fração, em que, esta se relaciona com o tempo do presente, fazendo refletir as vivências de sua memória passada com base no tempo do hoje (o presente). Com isso,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (NORA, 1993, p. 9 apud MACÊDO, 2019, p.19).

Dessa forma, tratar de memória é relatar o passado baseando-se nas necessidades do presente, ainda tendo como base que ela é subjetiva e individual.

Assim, o indivíduo está marcado pela memória de suas vivências, e a história é parte integrante disso tudo, pois é com ela que se repassa os momentos individuais e de seus

antepassados, assim, “ a história de reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos” (BOSI, 2010, p. 90).

Diante disso, quando o sujeito traz à tona sua memória, ele busca lembrá-las, o que, “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (idem, p. 55). Como compreendido, lembrar não é sonhar, lembrar é algo árduo, tendo em vista que ao se lembrar algo, novos fios se tecem, formando várias tramas que se unem dentro de lembranças. Então o lembrar transita como parte importante da memória.

A memória é parte de um processo social e de interação, que necessita muitas vezes de um ponto chave para que ela surja, e é na memória dos velhos que se resguarda muitas histórias que não se está escrita. Assim, muitos

momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, [...] (idem, p.83)

Como parte crucial do resgate da memória dos velhos, é importante se atentar às suas lembranças, e conseqüentemente, as suas histórias orais, dada como ponto fundamental para compreender o tempo real. Diante disso, a história oral também é uma metodologia “considerada um campo interdisciplinar e está baseada na interação humana, que contempla as narrativas dos indivíduos/sujeitos sociais [...]. Essas narrativas orais não são menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que muitas histórias oficiais” (PERAZZO, 2015, p. 123).

Para isso, quem conta sua lembrança, torna-se um narrador, em que “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam” (BOSI, 2010, p. 85). “A narração é uma forma artesanal de comunicação” (Idem, p.88).

Diante disso, trazer essa metodologia, é auxiliar que a memória dos indivíduos, principalmente a dos entrevistados, permaneça viva, servindo de resguardo dessas fontes e de registro histórico.

Assim, para a coleta dessas histórias utilizou-se de uma entrevista semi-estruturada, a qual, “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT *et al.*, 2019, p. 72).

Com isso, a entrevista semi-estruturada se torna ‘livre’ para que o entrevistado possa narrar suas histórias, apenas necessitando de perguntas ou pontos de partida para que a entrevista se inicie, sendo assim, guiada por alguns pontos centrais. Esses relatos foram armazenado em mídia de gravação de voz, e posteriormente, digitalizados, não sendo feita alteração alguma dos relatos, após isso, buscou-se separa-las por ‘tema’ para facilitar o processo de reflexão. No entanto, alguns desses relatos foram apresentados em confidência, quando os entrevistados tinham alguns lapsos de novas lembranças. Como já exposto, os entrevistados participaram da mesma escola, o que causou entre eles uma conversa ainda mais nostálgica.

Diante disso o trabalho está dividido em 3 (três) capítulos, os quais se dão por: 2º capítulo, um levantamento bibliográfico e histórico sobre a educação e a política de modo breve, tanto em território brasileiro quanto no cearense, desde os tempos Jesuítico até os anos marcados pelo início da Ditadura Militar. Isto vale para refletir o processo vivido, em como o passado é um modelo de reflexos futuros, e a educação é marcada por isso; Já no 3º capítulo, é apresentado a história que rege a construção de Aurora, relatando também sobre a história do massacre em Aurora, causado pelo coronelismo e pelo banditismo, que fez com que a localidade se tornasse cada vez mais marginalizada. Sendo modificado os rumos de sua história com a chegada do trem em 1920, o que causou um salto na modernização, no desenvolvimento agrícola e no crescimento econômico. E para além disso, o retrato educacional de Aurora; E então, o 4º capítulo apresenta os relatos dos indivíduos que estudaram nos anos de 1960 em Aurora, isso baseado na reflexão de suas memórias, apresentando como se dava a escola em que estudavam, o civismo, o aprender, a religião, e a comparação da aprendizagem do “meu tempo” com a do presente.



## **2 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DO CEARÁ: DA COLÔNIA AO INÍCIO DO GOLPE MILITAR (DÉCADA DE 1960)**

Durante os anos de 1960, no Brasil, foi perceptível as diversas modificações e os marcos históricos que refletiam no meio e nos modos de perceber e viver na sociedade, assim sendo, é possível perceber que as modificações estão expressas na política, na cultura e até mesmo na educação.

Tendo em vista o processo histórico, para se compreender os aspectos educacionais, sociais e políticos durante o período dos anos 60, faz-se necessário entender os meios anteriores que se fizeram como reflexos dessa construção. Com isso vale destacar a evolução do desenvolvimento do Brasil desde os primórdios, nos quesitos já expostos, que se dará de modo breve e sucinto.

Diante disso, buscou-se entender os reflexos do tempo e da história. Por isso, o primeiro capítulo trata-se de uma compreensão breve da colônia até os anos de 1960, que marca a ditadura no Brasil. Destarte, vale destacar que se fez necessário o comparativo do que acontecia no Brasil e no Estado do Ceará.

### **2.1 Do Brasil ao Ceará: Os desafios da colônia até o segundo reinado**

Os processos educacionais iniciaram muito cedo, já que os ‘colonizadores’ que chegaram no Brasil, por volta de 1500, após se apropriarem dos povos que aqui viviam e de suas terras, tinham como intuito inseri-la ao chamado mundo ocidental. Posto isso, o processo envolveu três aspectos fundamentais, que se articularam entre si: a exploração da terra, aldeamento e catequese dos indígenas. Assim, segundo as observações de Saviani (2010, p. 29)

o processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores.

Com isso, os povos colonizados tiveram como aporte educacional inicial os métodos do catecismo e, principalmente, religioso, já que este era um dos principais focos dos colonizadores, tendo em vista que, o reflexo disso era a “aculturação”, que servia para tornar abominante a crença existente, originária, do povo, visando incrustar apenas um regimento religioso que era o catolicismo. Diante disso, “além dos franciscanos e beneditinos, outras ordens religiosas

se fizeram presentes no processo de colonização do Brasil, como os carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos, tendo desenvolvido alguma atividade educativa” (Idem, p.41).

Essas ordens então chegaram e implantaram seus modos religiosos e educativos, e que de acordo com Saviani (2010), a ordem precursora de métodos pedagógicos foi a dos jesuítas. Chegando por volta dos anos de 1549, os jesuítas foram e são importantes para caracterizar uma certa primeira ‘educação formal’.

Assim sendo, a catequização foi o meio encontrado pela Coroa, para tentar fazer com que os indígenas servissem-a, pois esses povos eram considerados selvagens, e a mão de obra deles facilitava os processos de exportação de matérias primas do Brasil. Com isso, os jesuítas foram mandados para as terras recém exploradas, e fizeram com que o catecismo ajudasse nesse processo de dominação.

Então, “os jesuítas iniciaram seus trabalhos na Colônia pela pregação da fé católica e o trabalho educativo junto aos indígenas, mas logo perceberam que seria impossível converter os índios sem que soubessem ler, escrever, contar e falar o português” (NISKIER, 1969 apud ALVES, 2009, p.16). Assim, a catequização iniciou com foco, primeiro, nas crianças já que estas eram de fácil acesso, diferente dos mais velhos.

Adiante, depois desse contato e repercussão da catequização, foi implantado então a metodologia pedagógica jesuítica denominada de Ratio Studiorum, durante os anos 1599, este que tinha como objetivo primordial atender a demanda das elites, já que muitos colonos vinham habitar as novas terras e precisavam de educação. Ou seja, “o método de ensino aplicado em seus colégios atendia os interesses daqueles que vinham para o Brasil e podiam oferecer aos filhos uma formação de qualidade aos moldes da Europa” (ALVES, 2009, p. 20).

Com isso a Companhia de Jesus, criou o Ratio, em que “seu currículo abrangia cinco classes ou disciplinas: retórica; humanidades; gramática superior; gramática média e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia” (SAVIANI, 2010, p. 56).

Dessa forma, “ as ideias pedagógicas expressas no Ratio corresponde ao que passou a ser conhecido na modernidade como pedagogia tradicional [...] À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que define enquanto ser humano” (SAVIANI, 2010, p. 58).

Sabe-se que “o sistema educacional jesuítico foi uma alavanca para o desenvolvimento da colônia, e o seu plano de estudos desempenhou papel fundamental” (ALVES, 2009, p. 20).

Apesar de toda obra educacional, catequética e dos novos moldes para a colônia, os jesuítas acabaram sendo expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, fazendo com que o trabalho da ordem findasse com mais de 200 anos, em 1759, isso foi motivado através de alegações que a ordem estaria enriquecendo e tendo grandes poderes, deixando de lado a Coroa.

Após a saída dos jesuítas, Marquês de Pombal queria então implantar algumas modificações em todo o território conquistado por Portugal, buscando mudar os quesitos políticos e econômicos para reorganizar as riquezas e o poder.

Assim, com a tomada de poder do Marquês de Pombal, o processo educacional ficou no fracasso, pois o mesmo retirou todo o tipo de método pedagógico organizados pelos jesuítas, deixando a educação a mercê desse rompimento, já que, não se houve uma continuidade ou não foi possível promover algo que conseguisse alcançar o que os jesuítas haviam instituído. Apesar do Marquês implantar aulas régias<sup>1</sup>, elas não possuíam a mesma riqueza do método anterior, em que “o desenvolvimento das aulas régia deu-se em ritmo lento, pelas resistências encontradas e pela falta de recursos financeiros” (SAVIANI, 2010, p. 107).

Diante disso, o período afetava não somente a educação em si, mas também o baixíssimo salário dos professores, o que dificultava a permanência desses profissionais no magistério, assim, “na tentativa de resolver os problemas e reclamações apontadas, o governo criou em 1772, o Subsídio Literário, ou seja, um imposto especial para financiar o ensino” (ALVES, 2009, p. 33). “O imposto era baixo, mas nunca foi cobrado com regularidade, e em 1798, os professores se queixavam por ficarem longos períodos sem receber seus salários e cobravam soluções de Portugal” (ibidem). Assim apesar de haver um imposto para esse subsídio, ainda não se tinha tantas expectativas de que ele iria arcar com os custos educacionais.

Dessa forma, todas as províncias, vilas e localidades seguiam o ordenado da Coroa, com isso, eram passadas as obrigações e comandos aos regentes governamentais de cada localidade. Diante do exposto, a capitania do Ceará, não seria diferente, já que, seguia a ordem da monarquia, e esta era imposta a todas as colônias. Com relação a ordem de Jesus, segundo Vieira (2002) a passagem dos jesuítas pelas terras cearenses é pouco retratada, o que delimita entender os passos dessa ordem na província.

Assim, durante o período em que Pombal estava a frente, a província do Ceará acaba

---

<sup>1</sup> “As aulas régias eram sinônimo de escola que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia” etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si” (SAVIANI, 2010, p. 108).

ficando sem “a evolução do ensino, sem sistema, nem método, perduraria de 1759 a 1772, sob o critério dos interesses locais, sem o auxílio ou subvenção que pudesse proporcionar iniciativa louváveis” (CASTELO, 1943, p. 52).

No entanto, segundo Castelo (1943) o governador da província, João Batista de Azevedo Montauray (1782-1789), ao perceber que era uma localidade em declínio educacional, implementou instituições para ensinar a ler, escrever e contar, e além disso locais que dessem aulas de gramática latina, porém esses locais eram poucos e distintos, pois deveriam ser implantados onde houvesse maior número populacional.

Então, no século XVIII, o Ceará era constituído de uma pequena quantidade de escolas, além de serem ofertadas em poucos lugares, como: Ibiapina, Aracati, Aquiraz, Soure (Caucaia) e Fortaleza. Comprovando isso, "balanceados os dados oferecidos por Tomaz Pompeu, [...] de 1798, dando existentes no Ceará nove escolas, nessa data"(CASTELO, 1943, p. 56). Essas escolas, eram divididas entre escolas de latim, de ler, de escrever e contar. Além disso, é encontrado ainda no final desse século, uma cadeira de ler, escrever e contar para o público feminino.

Dando prosseguimento, no território brasileiro com a virada do século, mais especificamente em 1808, a coroa portuguesa teve muitos embates em Portugal, o que a levou a fugir para o Brasil, trazendo toda sua comitiva, “a partir desse momento o Brasil já não era mais uma simples colônia, foi transformada em Reino Unido a Portugal” (ALVES, 2009, p. 35).

Com a sua chegada, a coroa impulsionou novas modificações no que tange à ciência, a cultura, a educação e a literatura. Durante o período joanino, foi implantada no Brasil a biblioteca e a imprensa para difundir a cultura, durante esse período foi criado também ‘cursos superiores’. Assim, durante o governo de D. João VI, houve impactos da sua chegada até sua partida, já que ele teve que regressar para Portugal em 1821, ficando no Brasil seu filho D. Pedro I como sucessor do império.

Diante disso, “D. João VI apresenta projetos para organizar a instrução primária. Contudo, seus projetos não foram suficientes e o ensino primário continuou aos moldes das escolas de ler e escrever e com pouquíssimos professores para atender a clientela” (ALVES, 2009, p. 38), o que segundo Saviani (2010), a implantação da reforma pombalina na educação perdurou, no Brasil, de 1759 até 1834. E então remonta que desde a vinda da coroa para o Brasil até o governo de D. Pedro I a educação foi baseada nessa reforma.

Com o estabelecimento de D. Pedro I, houve então a Independência do Brasil (1822),

que foi primordialmente política. Diante disso, em 1824, D. Pedro I promulgou a primeira Constituição do Império no Brasil, o que,

se limitou a afirmar, no inciso 32 do último artigo (179) do último título (VIII), que a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. A isso se reduziu, constitucionalmente, a necessidade de uma legislação especial sobre instrução pública proclamada por D. Pedro no discurso que inaugurou os trabalhos da Assembleia Constituinte (SAVIANI, 2010, p. 123).

Com isso, a escola, “especialmente, as de primeiras letras eram reduzidas, e não havia pessoal preparado para o exercício do magistério, e os poucos que atuam não encontram apoio, muito menos amparo” (ALVES, 2009, p. 41). E por fim, a última lei instituída por D. Pedro I, foi a de 1827, que fala sobre a criação de escolas de primeiras letras, ou seja, é a partir daqui que entra em discussão a necessidade de instituir e determinar quais as regularidades que o ensino passaria a ser promovido, e além disso, que as primeiras letras deveriam ser criadas em todos os lugares populosos.

Diante disso, “[...] cabe destacar os artigos 4º e 5º, referidos à adoção obrigatória do método e da forma de organização preconizados pelo “ensino mútuo”, [...]” (SAVIANI, 2010, p. 126) . Seguindo o que foi instituído,

[...] contemplava os elementos que vieram a ser consagrados como conteúdo curricular fundamental da escola primária: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, ainda que tenham ficado de fora as noções elementares de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia) (Ibidem).

Segundo Saviani (2010, p.128)

o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas. [...]. Na verdade, os alunos guindados à posição de monitores eram investidos de função docente. [...] De uma das extremidades do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, em especial os monitores.

O método mútuo colocava os alunos como ‘professores’, enquanto os docentes deveriam apenas verificar se o trabalho estava acontecendo corretamente.

E então, em 1834, “por força de aprovação do Ato Adicional à Constituição do Império, o governo central desobriga-se de cuidar das escolas primárias e secundárias transferindo essa incumbência para os governos provinciais” (SAVIANI, 2010, p. 129).

Diante disso, as escolas seriam responsabilidade das províncias, essas que acabam deixando de lado a criação das escolas. E para aquelas que acabavam se pondo a frente desse

dever, tomou o método mútuo como forma educacional, pois o que se impunha na sede, as capitâneas, vilas e povoações também recebia um certo ‘molde’, assim, “ as províncias buscavam como modelo as ideias ventiladas na sede do Reino” (VIEIRA, 2002, p. 105).

Prosseguindo, D. Pedro I deixou então o Brasil em 1831, e o seu primogênito D. Pedro II acabou assumindo seu posto em 1840, com apenas 14 anos, o que durante esse período sem o imperador, ficou sendo representado por outras pessoas que regiam o Brasil, e que nada foi modificado.

Assim sendo,

o segundo reinado tem seu início com grandes dificuldades, entre elas a crise da educação. [...] Na área da educação pouca coisa muda. São frequentes as reclamações quanto à má formação e preparo dos professores.[...]. Faltam instituições e pessoas que se preocupam e se dedicam à pesquisa, elaboração e aplicação de bons métodos (ALVES, 2009, p. 42).

Diante disso, compreende-se que o método que vigorava ainda no Brasil era o ensino mútuo, apesar de já se estar no segundo reinado. No entanto, é no ano de 1854, que entra em vigência a Reforma Couto Ferraz, a qual tinha como ponto de partida a modificação do ensino primário e secundário, o que já entra em locus a obrigatoriedade do ensino. Assim,

do ponto de vista da organização dos estudos, previa-se: a) uma escola primária dividida em duas classes: a primeira compreenderia escolas de instrução elementar, denominadas escolas de primeiro grau; a segunda corresponderia à instrução primária superior, ministradas nas escolas de segundo grau; b) uma instrução secundária ministrada no Colégio Pedro II, com duração de sete anos, e nas aulas públicas avulsas, consagrando, portanto, a coexistência dos dois modelos então em vigor; c) os alunos seriam agrupados em turmas, adotando-se, portanto, a seriação e o ensino simultâneo (SAVIANI, 2010, p. 132).

Apesar de apresentar uma certa modernidade, essa nova Reforma não se tornou tão eficaz.

Dessa forma, uma nova Reforma aparece no Brasil, a de Leôncio de Carvalho, de 1879, esta que por temática central traz a moralidade e a higiene como foco, algo tão presente no segundo reinado. Diante disso,

em continuidade com a Reforma Couto Ferraz, a Reforma Leôncio de Carvalho mantém a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos (artigo 2º), a assistência do Estado aos alunos pobres (idem), a organização da escola primária em dois graus com currículo semelhante, levemente enriquecido (artigo 4º) e o serviço de inspeção (artigo 13). Em ruptura com a reforma anterior, regulamenta o funcionamento das Escolas Normais fixando seu currículo, a nomeação dos docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários (artigo 9º) (SAVIANI, 2010, p. 137).

Ainda dentro da nova Reforma, tem-se novas medidas como: jardins de infância, bibliotecas escolares, entre outros. O que vem à tona os aspectos da modernidade incutida dentro de sua formulação, bem como o método do ensino intuitivo. Assim, o método intuitivo “consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação.” (REMER; STENTZLER, 2009, p. 6335).

Diante do exposto que compreende ao território brasileiro, vale então a análise da província, especificamente, a do Ceará que acabou passando por todas as modificações impostas, em que o ensino mútuo perseverou durante muitos anos, porém no seu início “na verdade não teve êxito, seja por questão da ausência de instalações para o tipo de trabalho requerido pelo método, seja por outros motivos” (VIEIRA, 2002, p. 101). No entanto, o ensino mútuo teve grande aceitação. Com isso, a província do Ceará era a responsável por estabelecer os meios de educação e deveria sustentá-las.

Assim, em 1844, é criado o Liceu, este que passaria a atender a demanda do ensino secundário, já que era composto de cadeiras isoladas. Com isso, o Liceu segundo Vieira (2002) é um escola de erudição, para o qual os filhos das elites têm maior acesso e o qual seria mais requisitado pela camada rica. E então, “além do importante fato da criação do Liceu, o Segundo Reinado é identificado também pela presença de outras iniciativas marcantes, acrescentando cores diversas até então incipiente cenário educacional do Ceará província”(VIEIRA, 2002, p. 111).

Dentro desse processo do Segundo Reinado, tem-se também a criação da Escola Normal, esta que primeiramente foi idealizada em 1837, no entanto, não conseguiu se erguer devido a falta de verba e de gestão administrativa. Assim, a Escola Normal foi enfim criada e edificada em 1884, com seu próprio regulamento, com isso, a instituição além de haver suas instalações, contava também com uma escola anexa que servia para a prática do magistério. Diante disso, a Escola Normal estava habilitada a formar normalistas, ou seja, professores para o ensino primário, que via de regra, atendia a todo o público.

Sendo assim, as instituições e as novas modernizações iam sendo implantadas dentro da província, tanto nos aspectos sociais, culturais, políticos e educacionais, pois, se torna notório perceber que todas as influências ao se constatar a criação de novas instituições para oferta de ensino.

### **2.1.1 O percurso do Brasil ao Ceará com a proclamação da República até os tempos da Era Vargas**

Com todo o desenvolvimento que ia se seguindo, no que tange o Brasil, diversas mudanças aconteciam no final do século XIX, desde guerras, processos políticos, reflexos iluministas e de modernização, bem como a abolição da escravatura em 1888, e um ano depois a Proclamação da República, em 1889. Com isso, novos rumos começaram a acontecer no território brasileiro.

Com o início da Primeira República, tinha como perspectiva, em que,

o ideal da república ao nascer era de democratização, a partir da pregação de liberdade e igualdade, mas o tempo passa e nada muda, somente uns poucos têm acesso aos bens e serviços e usufruem de todos os privilégios, enquanto os pobres, maioria da população fica à margem de tudo, inclusive do processo de educação (ALVES, 2009, p. 51).

Assim, com a promulgação da constituição em 24 de fevereiro de 1891, a preocupação com a educação passa a ser inexistente, no entanto, o processo de reforma na educação aconteceu um ano anterior, o que, com isso, “destaca-se a reforma de Benjamin Constant 1890 [...]. Prevê como princípio básico a liberdade e a laicidade do ensino, opondo-se ao ensino religioso e a gratuidade do ensino primário.” (ALVES, 2009, p. 54).

Além disso, a constituição, passa a dar

autonomia aos Estados, mas, no campo educacional o governo federal abandona totalmente o ensino primário. Com isso os Estados mais avançados se preocupam em abrir escolas, mas infelizmente a maior parte não deu importância, deixando a educação à margem (Idem, p. 55).

Com isso, pouca importância é dada à educação, o que acaba apresentando resultados, no “Anuário Estatístico do Brasil, afirma que em 1900, o índice de analfabetismo já tinha dado um salto para 75% da população” (Idem, p.54). Dessa forma, os reflexos da escassez educacional é um fortalecedor desse abandono do governo, o que facilita ainda mais a perpetuação de uma educação para poucos, correspondendo a maior parcela da população de pessoas leigas, o que, facilita ainda mais o processo de imposições ideológicas e políticas.

Assim, levando em conta a Primeira República, é um período que dá o pontapé inicial a uma política que ficou conhecida como “café-com-leite”, pois os governos de São Paulo e Minas Gerais se revezavam no poder até os anos de 1929, e além disso é durante esse período que a saga do coronelismo <sup>2</sup> se faz presente e mais forte em todo País.

<sup>2</sup> Período em que os coronéis estavam a frente do governo.



Ainda dentro da Primeira República, é instituída quatro reformas no ensino secundário que regerá a educação no Brasil, são elas:

O Código de Eptácio Pessoa ou Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, esboçado em 1901, estabelece condições para equiparações das instituições particulares [...]; Reforma Rivadávia Corrêa, também conhecida por Lei Orgânica de Rivadávia Correa e data de 1911. Seu objetivo era fazer com que o curso secundário fosse formador e não só promotor para o nível seguinte. [...]; Reforma de Carlos Maximiliano, surge em 1915, [...] faz o ensino secundário e superior voltar à condição de estabelecimentos oficiais; propõe o sistema dos exames vestibulares, com preparatórios parcelados [...]; Reforma Rocha Vaz [...] o secundário passou a ter a duração de seis anos, porém cumprindo séries o aluno pode prestar os exames vestibulares [...] (Idem, p. 55-56).

Apesar de passar por algumas reformas, nenhuma levava em conta o ensino primário, já que este não se fazia mais responsabilidade do governo federal, assim tornando o ensino das primeiras letras inacessível, pois devia contar com a ordem de cada localidade, as quais muitas deixavam de lado a importância de instituir escolas e proporcionar o ensino primário.

Desse modo, quando se trata do Ceará, é durante a Primeira República que se deixa de ser província e passa a ser Estado, cabe então a este ter seu governador, passando por alguns nomes de influência que assumiram este cargo, como é o caso do general José Clarindo de Queiroz, o então primeiro governador do Estado do Ceará. Seguindo adiante, tem-se o coronel José Freire Bezerril Fontenele, que bem como o primeiro governador entendia a existência da precariedade educacional, mas foi muito pouco as melhorias feitas para a educação.

Em 1896, chegou ao poder governamental no Ceará, o senhor José Pinto Nogueira Acioli, em que durante seu poderio é notório ver os trajetos do coronelismo que assolavam tanto o Estado, como o Brasil. Assim, se tratando de educação, o governador Acioli, em sua mensagem de 1898, dava a conhecer que,

no ensino primário, nota-se uma mais equitativa distribuição de escolas, ao alcance, presentemente, de todos os povoados que não seja, de insignificante número de fogos". Em 1900, proclamava o mesmo presidente que "o ensino primário não tem ficado estacionário; com o aumento de cadeiras, que presentemente se elevam a 335, tem-se assinalado um proporcional aumento de matrículas, que no próximo findo atingiram ao total de 12.390, com a frequência de 10.642 (SOUSA PINTO, S/d, p. 80).

No entanto, de acordo com o inspetor de escolas, Dr. Valmiro Cavalcante, apresenta que,

as escolas públicas do Estado não correspondem ao sacrifício orçamentário nem ao seu fim institucional. Os regulamentos, as leis de ensino, são desconhecidos

pela maioria dos professores e pela totalidade dos inspetores escolares [...] Métodos e processos pedagógicos não existem para os professores, e a rotina triunfante mantém a escola num atraso de um século [...] (Idem, p. 80-81).

Assim, em sua maioria as escolas eram instaladas privilegiando alguns donos de terras, os coronéis, já que tinham filhas normalistas e precisavam de instituições próximas para elas lecionarem, o que por muitas vezes não alcançava localidades povoadas. E além disso, havia também a falta de aplicação de métodos eficientes que ajudassem na educação dos alunos, contribuindo cada vez mais para o descaso educacional.

Diante disso, o governo de Acioli perdurou até o ano de 1912, o que durante seu período no poder ficou conhecido por ser uma oligarquia, já que muitos de seus familiares assumiram lugares de prestígio durante sua administração e foi durante o período de Acioli a frente do Estado que ficou mais forte a presença dos coronéis, porém muitos estavam discordantes de suas ordens, passando a ocorrer protestos pelo Estado até o governador ser deposto. Com isso, seu sucessor, Dr. Pedro Borges, não trouxe nenhuma melhoria para educação.

Nos anos seguintes, alguns governadores ocuparam seus cargos, estes compreendiam a importância de oferecer educação à população, bem como sabiam que o modo educacional precisava de mudanças, no entanto, durante os dez anos após a saída de Acioli, não houveram reais modificações.

É então durante o governo de Justiniano de Serpa, em 1922, que acontece uma importante e marcante reforma no Ceará, através de Lourenço Filho em 1923, que trouxe como método principal a Pedagogia Nova. Assim, o professor Lourenço Filho iniciou seus trabalhos pela Escola Normal, visto que, era “considerada pelo pedagogo o núcleo de toda reforma” (Idem, p.91), diante disso, “começou, pois, a reforma por uma reforma de ideias” (Idem, p.92).

Seguindo adiante, em âmbito nacional, o Brasil acaba entrando em um declínio econômico e político, causada pela crise de 1929, em que os impactos assolavam o mundo. Marcado pelo processo de industrialização, é cada vez mais necessário o estabelecimento de mudanças, indicando então o fim da Primeira República ou República Velha.

Diante de todo o ‘caos’ no Brasil tanto em pontos políticos quanto econômicos dá-se fim a Primeira República, com isso, adentra-se a Segunda República ou República Nova, que é marcada pela entrada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, como governador provisório. Dessa forma, o novo presidente ia encarar o processo de industrialização e as demandas de mão-de-obra que precisavam ser capacitadas para atuarem nas indústrias.

Vargas tinha em vista o fator educacional, o qual precisava de amparo governamental para evoluir, já que, “A Revolução de 30 traz a decisão política de intervir na educação” (VIEIRA, 2002, p. 166).

Assim, “em 1931, o governo provisório sanciona uma série de decretos para organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras, que praticamente não existiam. Esses decretos serão conhecidos como Reforma Francisco Campos” (ALVES, 2009, p. 58).

Durante esse período, é publicado em 1932, um documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova <sup>3</sup>, fazendo reivindicações para a educação, esta que precisa ser obrigação do Estado, além de ser gratuita e obrigatória, bem como outras reivindicações estavam dispostas nesse documento.

Ainda durante o governo de Vargas, tem-se a promulgação de duas Constituições a de 1934 e a de 1937, em que a primeira, respectivamente, apresenta traços relevantes para a educação em relação às anteriores, assim “em linhas gerais, é mantida a estrutura anterior do sistema educacional, cabendo à União a manutenção do ensino secundário e superior do Distrito Federal [...]” (VIEIRA, 2002, p. 175). Já a Constituição de 1937, em quesito de educação, “o dever do Estado para com a educação é colocado em segundo plano na medida em que lhe é atribuída uma função compensatória, [...]”. Diante disso, “a educação pública é concebida como aquela destinada aos que não puderem arcar com os custos do ensino privado” (Idem, 177). Então, tem-se que com a Constituição de 1937, a educação estaria mais ligada ao ensino privado, passando a ser oferecido o ensino público para aqueles que declararem situação de vulnerabilidade, com isso, deveria a educação ser gratuita para aqueles que não podiam arcar com os custos da escola, e para aqueles que não declararem nada, estavam propícios a pagar pela educação. Dessa forma, o considerado ensino público e gratuito não era uma realidade dentro da Constituição.

É ainda dentro do governo de Vargas, que se institui uma reforma, conhecida como Reforma Capanema, esta permite visualizar a demanda profissionalizante tão quista no governo, assim, novas leis possibilitaram novas mudanças na educação, já que deveriam formar e profissionalizar as pessoas para atuarem dentro do setor industrial.

Com isso, “a estrutura educacional nesta época era assim: cinco anos para o primário, quatro anos para o ginásio e três para o colegial, podendo este último ser na modalidade clássico ou científico” (ALVES, 2009, p. 62). Sendo assim, “com a Reforma Capanema o sistema

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ver: Vieira (Op. cit. p. 174-175)

educacional brasileiro não só mantém como acentua o dualismo que distingue a educação escolar das elites daquela ofertada para as classes populares” (VIEIRA, 2002, p. 179).

Com isso, Getúlio Vargas acaba permanecendo no governo até os anos de 1945, já que esse seu período no poder é conhecido como o golpe do Estado Novo. Vargas foi então deposto, o que culminou em novas eleições. Assim, entra em voga a ‘onda’ do populismo, que tinha como objetivo atingir as massas populares, facilitando a influência do governo.

Durante toda essas mudanças em território brasileiro, o Estado do Ceará era um reflexo de tudo que acontecia nos anos de 1930, é durante o governo de Vargas, que se institui que interventores fique no domínio dos Estados, diante disso, no Ceará nomeou-se dois, Fernandes Távora (1930-1935) e Menezes Pimentel (1935-1945).

Assim sendo, o governo de Fernandes Távora ainda acaba sendo marcado pela forma de domínio anterior, as oligarquias e o clientelismo, apesar de se querer quebrar esse paradigma e centralizar o poder, ainda carrega marcas da Primeira República. Então, é durante seu comando que se constrói a Escola Rural Normal de Juazeiro, esta que é uma “iniciativa pioneira no gênero. Com o objetivo de “preparar o professorado ruralista” [...]” (VIEIRA, 2002, p. 191).

E é durante a entrada de Menezes Pimentel em 1935, que é promulgada a Constituição Política Estadual

[...] praticamente repete o capítulo da educação da Constituição brasileira, promulgada em julho do ano anterior. Os dispositivos sobre a matéria educacional são apresentados em um conjunto de nove artigos que tratam dos seguintes temas: papel do Estado e dos municípios em relação à educação e direito à educação (Art. 112), órgãos da administração do ensino (Art. 113), ensino religioso (Art. 114), recursos para a educação (Art. 115), despesas do Estado e dos Municípios (Art. 116), ensino particular (Art. 117), ensino ministrado no idioma pátrio (Art. 118), provimento de cargos do magistério (Art. 119). oferta de ensino primário gratuito aos filhos de empregados de empresas localizadas fora dos centros escolares (Art. 120) (VIEIRA, 2002, p. 183-184).

Então, todo o poderio de Vargas era salientado ainda mais dentro dos Estados através de seus interventores.

Além disso, em quesito educacional, é durante o governo de Pimentel que se funda a Cidade das Crianças na capital em 1937, criada para atender a demanda educacional das crianças, “inspirado nos moldes da pedagogia moderna” (Idem, 190).

Dessa forma, “o período compreendido entre 1930-1945 é de fraca expansão da rede escolar” (Idem, p. 196). Já que “a realidade cearense nesse período ainda chama atenção pelas condições precárias em que se efetiva. Consoante com o cenário nacional, crescimento de matrícula no ensino primário, ênfase no ensino rural e nos aspectos cívicos da formação figuram

como suas principais marcas” (Ibidem). Assim sendo, o Ceará é um reflexo do Brasil, no que tange a educação, porém ainda não se pode falar de uma possibilidade igualitária, compreendendo que a educação não é garantida a todos.

### ***2.1.2 Populismo, desenvolvimentismo e a educação no Brasil: Depois do golpe de Vargas até o golpe militar***

O presidente Eurico Gaspar Dutra é eleito e passa a governar no ano de 1946, “o novo presidente tem por missão apaziguar os ânimos dos grupos políticos descontentes” (VIEIRA, 2002, p. 211). Logo em seu primeiro ano de governo Dutra promulga a Constituição de 1946, “de cunho liberal e considerada a mais democrática das constituições que o país tivera, mesmo com muitos aspectos conservadores, ela não deixou de ser ilegal, pois depois de oito meses da sua redação, foi promulgada, ou seja, imposta sem nenhuma participação popular” (ALVES, 2009, p. 64). Assim, nessa Constituição é apresentada a obrigatoriedade do ensino primário.

Durante o governo de Dutra algumas instituições de educação foram estruturadas, além de trazer uma proposta de mudanças para a educação. No entanto, com a nova disputa eleitoral, em 1950, ele acaba perdendo para o reeleito Getúlio Vargas, que traz ainda mais a presença da ‘onda populista’ em sua retomada.

Assim, em 1951 Vargas é empossado no governo “com o objetivo de dar continuidade ao processo de industrialização iniciado no país, desencadeia várias iniciativas neste sentido. Cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobras e a Eletrobras” (VIEIRA, 2002, p. 212).

No entanto, existem muitas inquietações políticas vividas durante seu governo, e então em 1954, após colocarem a responsabilidade de um crime a Vargas, o presidente comete suicídio. Portanto, “o período subsequente é de grande agitação política vivenciando o país no intervalo de apenas 16 meses a experiência de três presidentes - Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos” (Idem, 213).

Assim, durante todo esse processo político e educacional, em terras cearense, houve marcas, o que de acordo com J. Moreira de Sousa (1961) os dados de analfabetismo nos anos de 1950, no Ceará, atingiam a marca de 69% da população, o que é uma marca elevada. No entanto, isso se dá tanto pela falta de recursos financeiros e estruturais nas escolas, bem como a camada menos favorecida ter que trabalhar para levar o sustento para o lar, impossibilitando os estudos.

Com isso, “durante o período 1945-1964 algumas iniciativas de reestruturação dos

órgãos de administração do sistema escolar são propostas através de novas leis da educação” (VIEIRA, 2002, p. 239).

Diante disso, durante tantas reviravoltas políticas, culturais, sociais e educacionais no Brasil, os Estados também acabam sendo afetados por isso. Assim, compreende-se que o Estado do Ceará, no quesito educação, acaba passando por um processo de reorganização escolar, possibilitando abrir margem para baixar os níveis de analfabetismo, melhorar as estruturas escolares e oferecer qualidade educacional para os estudantes, sendo ela pública e gratuita. Isso ainda tem muito o que se melhorar ao longo dos anos a seguir.

## **2.2 O processo da educação nos anos de 1960 no Brasil**

Marcado por grandes mudanças, os anos de 1960 trouxeram marcas tanto em quesito cultural, como histórico, social, político e educacional. Dessa forma, “de modo geral, pode-se considerar que a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa, deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora” (SAVIANI, 2010, p. 336).

Com isso, o período anterior traz nuances de uma considerada intensificação da demanda populista e democrática, já o delinear dos anos de 1960 vem deixando essa perspectiva de lado, ou seja os anos que seguem a década de 60 e sua posteriori, é marcada pela tomada de direitos do povo. Dessa forma, tendo em vista todo o processo histórico e educacional aqui delineado resumidamente nos pontos anteriores, cabe então entender o processo que levou a mudança social, política e educacional dos anos 60.

Assim, assumindo o poder em 1956, Juscelino Kubitschek (JK), tem seu maior impacto ao arquitetar a construção de Brasília, que viria a ser a capital do Brasil. JK tinha como lema “cinquenta anos em cinco”, assumindo a perspectiva de modernização e desenvolvimento, assim, “foram considerados como anos de estabilidade política, permeados de um otimismo e altos índices de crescimento econômico” (RIBEIRO, 2003 apud VAGO; SCHWARTZ, 2013, p.78). Dito isso, o governo de JK acabou não expressando nenhuma mudança no que tange a educação, já que o foco em questão girava em torno da economia, das indústrias, da privatização e da construção de uma nova capital. JK finalizou seu mandato em 1961, passando o posto para Jânio Quadros.

O então presidente Jânio, tinha como proposta governamental retirar a corrupção do poder, no entanto isso não foi possível, já que com todo o processo que estava acontecendo no

mundo - a Guerra Fria <sup>4</sup>, Jânio acabou sendo dado como comunista, o que levou aos militares em apoio dos Estados Unidos, a cassar os direitos políticos do atual presidente, com isso, Jânio teve que renunciar seu mandato, e só se estabeleceu no poder por oito meses.

Então, o vice João Goulart, acaba assumindo a presidência, porém foi impedido pelos militares, por acharem o novo presidente comunista, no entanto, esse fato acabou sendo resolvido, e Jango, como ficou conhecido, acabou tomando seu posto em 1961, assim.”as esperanças de futuro foram substituídas por uma grave crise política e uma acirrada disputa pelo poder” (VAGO; SCHWARTZ, 2013, p. 80).

Diante disso, o presidencialismo tinha sido substituído pelo Parlamentarismo, assim, os militares eram ministros e estavam também no poder. Com isso, é “ainda no governo de Goulart, a partir de 1963 retornava no Brasil o sistema presidencialista que buscava enfrentar os problemas econômico-financeiros do país”(Ibidem).

Com isso, ao se tratar de educação, foi então promulgado dia 20 de Dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB),

A LDB determina que a educação seja um direito e, deve ser assegurado pelo poder público, reforçando principalmente a obrigatoriedade do ensino primário para todos, porém a criança só poderá ser matriculada a partir dos 7 anos de idade. No que diz respeito ao ensino religioso determina que seja disciplina para as escolas públicas, mas, não especifica os graus; é de matrícula facultativa, e deverá ser ministrada sem despesas para os cofres públicos. Ainda determina a liberdade da iniciativa privada de atuarem em todos os níveis da educação (ALVES, 2009, p. 66).

Assim, a LDB, deu autonomia aos Estados, o que para,

avaliação de Anísio Teixeira, embora a LDB tenha deixado muito a desejar em relação às necessidades do Brasil na conjuntura de sua aprovação, ele considerou uma vitória a orientação liberal, de caráter descentralizador, que prevaleceu no texto da lei. [...] A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando, com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino (SAVIANI, 2010, p. 307).

Dessa forma, tinha como pretexto o alinhamento educacional, já que “a LDB que foi aprovada oportunizava à sociedade brasileira organizar seu sistema de ensino, pelo menos em seu aspecto formal, conforme o que era reivindicado no momento, em termos de desenvolvimento do país” (ASSIS, 2012, p. 327).

<sup>4</sup> Disputa política, territorial e ideológica entre Estados Unidos e União Soviética.

É então, durante o mesmo período da LDB que aparece um novo método no Brasil, conhecido como Método de Educação Popular Paulo Freire, que deu seu pontapé inicial no Rio Grande do Norte, tendo este como objetivo alfabetizar em 40 horas.

Após seu efetivo resultado, o método acabou se espalhando pelo Brasil,

com o apoio do governo federal. Assim, de junho de 1963 a março de 1964, foram realizados cursos de formação de coordenadores na maior parte das capitais dos Estados. [...] O círculo educava, em dois meses, trinta alunos. Sem dúvida, segundo admiradores desse Método, teria acabado com analfabetismo no Brasil se esse Plano de Ação não tivesse sido abortado (ALVES, 2009, p. 69).

Jango tinha muitas propostas e tentava se articular com a camada popular, o que acabou sendo considerado um político de esquerda e comunista, isso causou um certo desgosto na camada rica, bem como nos militares. Assim, “negociações e conspirações de cúpula decidem dar um basta no avanço das forças de esquerda. Estava montado o cenário para mais um golpe de Estado: em 31 de março de 1964, o presidente é destituído, seguindo para o exílio”(VIEIRA, 2002, p. 215).

Assim, com Jango fora do poder, no ano de 1964 inicia no Brasil a Ditadura Militar, e os presidentes que atuaram neste regime durante os anos de 1960 foram: Castello Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Com isso, “tanto no governo de Castelo Branco, como nos demais Governos Militares que o sucederam, o país foi administrado através dos Atos Institucionais que estabeleciam medidas e objetivavam reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso” (VAGO; SCHWARTZ, 2013, p. 85).

Enquanto isso, a repercussão do método Paulo Freire seguia em todo o país, no entanto,

dizendo preocupado com a educação, o governo militar para substituir o MCP que usava o Método Paulo Freire, cria, pela Lei 5.360 em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização ou MOBREAL como ficou conhecido. Queriam convencer que com esse Movimento o analfabetismo seria erradicado. Todavia, o MOBREAL não vingou, pois era na verdade um grande engodo, um projeto de dissimulação política (ALVES, 2009, p. 69).

Diante disso, os militares tinham em vista a educação, esta que servia para moldar ainda mais a sociedade, já que quem estava no poder determinava as devidas restrições, assim, o sistema de ensino passou por situações de retrocesso, ou seja,

a educação foi usada como suporte para que os militares alcançassem seus objetivos e reforçassem sua ideologia mantendo o Status quo, ou seja, tudo deve



ficar do jeito que está, do jeito que eles queriam, pois afirmavam que, dessa forma a produção cresceria e, conseqüentemente, também o país (ALVES, 2009, p. 70).

Dessa forma, a educação durante o período militar reforçou ainda mais a privatização, fazendo com que eles se retiravam da responsabilidade de ofertar uma educação pública e gratuita. Além disso, o sistema de ensino tinha maior visibilidade para a profissionalização, a qual serviria para atender a demanda da indústria, colocando a camada mais pobre para servir a elite através da sua mão de obra, já a camada mais rica tinha a possibilidade de crescer intelectualmente através do ensino superior.

Assim sendo, é notório encontrar essa disparidade entre as camadas sociais, e a educação não está fora dela. Acabando com o método Paulo Freire e impondo uma nova prática que não lhe rendeu frutos, o MOBRAL atrasou bastante a população de se alfabetizar.

Além disso, os anos que seguiu do início ao fim do golpe, assinala diversas restrições e Atos Institucionais que foram marcados por grandes massacres no período de ordem militar, os anos 60 no Brasil foi um período com foco em patriotismo, mudanças econômicas e educacionais, a LDB, novas constituições e um período de censura. Com isso, falar de educação em tempos de ditadura é tratar de um período de grande controle social, pois assim, era mais fácil propagar a ideologia.

### ***2.2.1 O percurso da educação Cearense na década de 1960***

A famosa terra da luz, retrato de muitos artistas, de uma cultura forte, de paisagens belas e de um povo ‘valente’, é dessa forma que acaba sendo conhecido o Estado do Ceará. No entanto, o Ceará é marcado por muitas histórias que deixaram marcas ao longo do tempo. Com isso, nos deteremos em dar continuidade a ela até os anos de 1960 e acompanhar como foi o processo político, cultural e, principalmente, educacional.

Como já exposto, o Ceará em sua maior parte seguia o que estava sendo imposto pelo que era promulgado pelo Distrito Federal, assim, assemelhando-se com o território brasileiro, ou seja, “durante os governos militares há uma expressiva subordinação das unidades federadas às decisões tomadas pelo poder central. [...] Aos planos federais de governo, correspondem planos estaduais” (VIEIRA, 2002, p. 282). Mas as adversidades no Ceará impedia que seguissem as ordens igualmente, já que o Estado passava por diversas secas, dificuldades econômicas, políticas e educacionais.

No Ceará, os anos que seguiram pós governo Vargas, não há grandes avanços na educação, pois mesmo com a Constituição Estadual, se torna estagnado as propostas educacionais, já que nem a gratuidade de acesso à educação o texto se remete. No entanto, os índices de matrícula tendem a crescer, o que, de acordo com Vieira (2002) aumentou 206% dentro do período de 1945-1964.

Apesar de avanços numéricos, a educação nos anos de 1950-60, ainda não pode-se enganar pelas estatísticas, já que as escolas não garantiam uma boa educação e nem a permanência dos estudantes, dito isso, J. Moreira de Sousa (1961, p. 98) fez uma pesquisa educacional nos anos de 1958 no Ceará, em que,

vale ressaltar, dizíamos, que o que vimos, apuramos e sentimos é que a Terra do Sol, não possui a escola que lhe convém, a escola de que precisa o cearense, para viver o seu grande destino, a escola que o torne apto a pensar, capaz de resolver as suas dificuldades, conhecendo, com exatidão por experiência própria, o meio em que vive, os elementos de que vive e as pessoas com quem vive. Para vencer as dificuldades da hora atual, o Ceará tem que dar passo à frente, fazendo uma cobertura educacional correspondente às suas necessidades, [...] A escola cearense precisa ser transformada.

Assim, o Estado no geral compartilha de uma mesma realidade em que há “professorado mal remunerado; prédio inadequado; deficiência de material didático; equipamento incompleto; falta de assistência e orientação técnica. Em uma palavra - abandono” (Idem, p. 108). Diante disso, compreende-se as dificuldades alcançadas dentro das instituições públicas escolares.

Dando continuidade, como já explicado, o Brasil passa então por uma modificação governamental durante o início dos anos de 1964, com o golpe militar, conseqüentemente, acabou entrando no governo no Ceará um militar, o governador Virgílio Távora que fica no poder durante os anos de 1963 a 1967.

Então Virgílio lançou o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG I), que tinha como objetivo principal a modernidade e o desenvolvimento. Esse Plano também trouxe pontos sobre a educação, “neste documento de natureza indicativa, a educação se insere no conjunto “melhorias das condições de vida do homem”. É preciso lembrar os baixíssimos níveis de escolaridade então existentes no Estado” (VIEIRA, 2002, p. 245). E assim, o PLAMEG I, apresenta alguns traços importantes, o primordial “refere-se à ampliação das condições de acesso do alunado à escola pública primária. [...] Além desses encaminhamentos, são formuladas propostas para o ensino supletivo, para os diferentes ramos do ensino médio e para a educação especial” (Ibidem).

Dessa forma, alguns projetos para a educação foram propostos no PLAMEG I, e o fruto desse Plano foi o Livro da Professora, lançado em seu governo em 1964, que tinha como foco o ensino primário, servia também para dar algumas orientações às professoras, sendo “um projeto educacional que idealizava um “mundo que será de homens livres, livres da ignorância, livres da fome, livres do medo, livres do egoísmo esterilizante, sujeitos de seu próprio destino e de sua própria história””( Livro da Professora, p. 9 apud MELO, 2011, p. 13).

Diante disso, o governo de Virgílio apresentou dados relacionados à educação, pois quando ele “assumiu, em 1963, o déficit de escolaridade entre 7 e 11 anos era de 283.000 matrículas, em 1964 caiu para 210.000, em 1965 era 196.000 e em 1966 de 181.000” (MELO, 2011, p. 3).

Adiante, com a saída de Virgílio, o próximo governador que assumiu foi Plácido Castelo durante os anos de 1967 a 1971, o qual sua administração é notadamente fraca, não apresentando marcos na história da educação cearense durante seu governo, assim, “não tivera grande destaque na cena política local, como ocorreria após o término de seu mandato [...] O governo de Plácido Castelo é dificultado por problemas orçamentários que provocam constantes atrasos no pagamento de salários do funcionalismo público” (VIEIRA, 2002, p. 266-267).

Com isso, a educação no Ceará nos anos de 1960 é marcada pelo projeto de modernização encaminhada no governo de Virgílio Távora, que apesar de muitas melhorias a serem tomadas, foi durante sua administração que os números de matrículas cresceram, o que já se configura como um avanço. Portanto, o período dos anos 60 é conturbado, já que se encontra no processo de mudanças políticas, em que o Ceará marcado pelo coronelismo passa a então assumir o militarismo.

### **3 A CIDADE DE AURORA: SUA HISTÓRIA E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO**

Neste capítulo iremos tratar de questões relacionadas a história que cerceia a nomenclatura e a fundação da cidade de Aurora, pois torna-se importante discutir sobre esse fator para compreender o desenvolvimento desta. A então cidade viveu retratos de muito sofrimento e destruição.

Além disso, faz-se necessário entender como se desenvolveu o processo de construção social, econômica e educacional da cidade, tendo em vista, que servirá de reflexões futuras. Para isso, nos deteremos em analisar sobre esses aspectos de desenvolvimento até os anos de 1960.

#### **3.1 O surgimento da cidade de Aurora e suas versões**

Ao tratar de uma cidade, busca-se entender seu surgimento para refletir sobre tal. Com isso, buscar a história é resguardar a memória e se fazer perceber os itinerários que a cidade percorreu e se desenvolveu.

Assim, a história da fundação de Aurora é bem longa, e marcada por algumas versões, tendo elas construções de épocas distintas. Com isso, a primeira versão fala que seu surgimento veio a partir da compra da terra pelo Coronel Francisco Xavier de Sousa, a qual era nomeada pelo seu antigo dono padre Antônio Leite de Oliveira, de Logradouro, e com isso, o Coronel construiu sua fazenda de gado. Como o novo dono das terras tinha uma esposa, a ela foi prometida a construção de uma capela. Com a promessa cumprida o Coronel construiu o estabelecimento religioso, tendo o Menino Deus como padroeiro da capela.

Com o intuito de povoar a terra, o Coronel Xavier, construiu um lugar que oferecia estadia, bebida e também passou a ofertar os serviços de um bordel, “isso se tornaria mais fácil com a implantação de uma taberna que oferecesse diversos serviços às regiões vizinhas. Como destaca a tradição oral, essa taberna ganhou notoriedade e fama pela região e a dona do estabelecimento também ganhou renome” (PASSOS, 2016, p. 23).

A taberna se localizava na estrada que ligava Icó a Crato, em que muitos viajantes passavam pelo local, e até mesmo a população que se formou ao redor da taberna, fazia desse local parte do seu ‘lazer’. Com o crescimento do estabelecimento, a localidade passou a ser chamada de Venda, e por muitos anos assim ficou seu nome.

Com isso, dentro desse estabelecimento, tinha como dona uma mulher chamada

Aurora, ela “é considerada por muitos a principal responsável pelo desenvolvimento do núcleo urbano e responsável pela nomenclatura do povoado, que era conhecido como Venda” (Idem, p.22).

Já em outra versão contada pelo o historiador Joaryvar Macedo (1983) é que a localidade hoje conhecida como Aurora, chamava-se Sítio da Venda, e que era de dominação do Padre Antônio Leite de Oliveira, pois este comprou as terras de Antônio Lopes de Andrade e Arcângela Maria.

O Padre Antônio Leite, assim que tomou a real posse das terras, construiu uma casa de oração à margem do rio Salgado, “pertencente à jurisdição da cidade de Lavras da Mangabeira, também no Ceará” (PASSOS, 2016, p. 24).

Dessa forma, após a construção da capela, iniciou aos poucos uma movimentação de pessoas no Sítio da Venda, e passaram a erguer suas casas ao redor do templo religioso, já que, “as povoações do Ceará, particularmente deste Cariri, originaram-se ao redor de capelas ou casas-de-oração”(MACEDO, 1983, p. 99). Assim, a instituição religiosa do padre Antonio Leite, “teria um papel importante para o surgimento do núcleo urbano. O padre é considerado, dentro dessa visão, o fundador da cidade, sendo os demais sujeitos os continuadores desse “projeto” (PASSOS, 2016, p. 26).

Alguns anos se seguiu até o padre Leite resolver deixar a terra de herança aos seus cinco ‘afilhados’, estes que eram filhos da mesma mulher - Josefa Leonor da Encarnação, assim tornando-os herdeiros. Sabe-se que naquele tempo alguns religiosos conviviam em um certo ‘matrimônio’, diante disso, “também os “afilhados” do Pr. Antonio Leite de Oliveira não são senão seus filhos, através dos quais, se tornou ele o patriarca da família Leite. Os Leites, aliás, constituem a maior família de Aurora”(MACEDO, 1983, p. 102).

Com isso, como parte de herança, as terras do Sítio Venda chega às mãos de Maria dos Santos Xavier, já que ela herdou as terras de seu pai, que era um dos “afilhados” do padre Antônio Leite. Assim, Maria Xavier é esposa do Coronel Xavier. É então que a partir desse desenrolar, que surge o co-fundador da cidade, o coronel Xavier.

A cidade de Aurora apresenta versões distintas a qual os historiadores buscaram entender, além de haver aquelas que também são apresentadas pela oralidade e construção popular. E para apresentar sua versão da história de Aurora, o poeta aurorense Serra Azul, fez versos sobre essa nomenclatura, denominado de: Aurora (antiga “Venda”), que diz:

À margem do Salgado instalou venda/ De comida e bebida dona Aurora./ Que servia de oásis, rancho e tenda/ Ao viajante, acolhendo-o a qualquer hora./ Era

a ribeira a que sulcava a senda/ Do Litoral ao Cariri outrora.../ Vem depois uma igreja, uma vivenda/ Outrota e mais e em povoação se enflora./ Não sei se o mais é tradição ou lenda:/ Sei que foi vila e que é cidade agora/ E a sua história é trágica e tremenda./ É a terra de meu berço essa que (embora/ Tivesse o nome mercantil de Venda)/ Tem hoje o nome fúlgido de Aurora (CÍCERO, 1996, p. 13-14).

Assim sendo, compreende-se que de modo geral, a história da cidade de Aurora, é tomada por discussões sobre seu fundador, mas pode-se entender que é marcada por uma intersecção, uma ‘Venda’ na qual se existia uma mulher chamada Aurora, e a qual foi homenageada por ser importante no processo de construção econômica e populacional da localidade. Ou seja, “nas duas versões apresentadas, constata-se a concorrência para os papéis de fundadores do núcleo urbano da cidade [...] Embora se perceba que ambas as versões se cruzam no enredo da história, [...]” (PASSOS, 2016, p. 27).

### **3.2 Aurora: sua trajetória de desenvolvimento social, político e educacional**

O município de Aurora está localizado no sul do Estado do Ceará (Figura 1), fazendo parte do grande Cariri, a mais de 466 km de distância de Fortaleza, Aurora faz divisa com os municípios de Lavras da Mangabeira, Missão Velha e Barro, bem como também o Estado da Paraíba. Aurora é passagem do Rio Salgado, um dos mais importantes para o Ceará. O município conta com quatro distritos, estando eles divididos em: Ingazeira, Aurora, Santa Vitória e Tipi, este último é marco de uma das maiores tragédias do município que será apresentada logo mais. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população é de 24. 566.

A cidade de Aurora tem como padroeiro o Menino Deus, o município em questão tem vínculo bem forte com o culto religioso. Em relação à agricultura, a região é bem marcada por esse processo, já que, em sua maioria, a colheita faz parte da subsistência familiar.

Dentro de toda a trajetória de inicialização de Aurora, esta passou por processos de desenvolvimento, então, através da Lei Provincial Nº 2047, de 10 de novembro de 1883, fez com que houvesse sua emancipação do município de Lavras, assim elevando seu posto à Vila d’Aurora. Assim, Aurora, só veio a se tornar cidade através da Proclamação da República em 1889, que tornava as Vilas em cidades.

Com o passar dos anos, mais precisamente, na virada do século XX, Aurora estava em plena fase de desenvolvimento, além de se tratar de terras importantes que liga as cidades

Figura 1 – Mapa do Estado do Ceará



Fonte: (IBGE, 2021).

maiores como: Icó e Crato. Isso fez com que cidade de Aurora acabasse sendo alvo de grandes ambições. Ou seja,

essa ganância pelo poder, associado ao pensamento egocêntrico dos "representantes" da época, junto aos eventos que culminaram com conflitos armados na cidade, deixaram o desenvolvimento da região em segundo plano. Conflitos estes provocados por disputas familiares por interesses particulares e políticos (MACÊDO, 2019, p. 29).

Assim, o município caririense passou por diversas tragédias advindas do banditismo<sup>1</sup> muito presente na região, com isso, abriu margem para que o coronelismo se instalasse e usufrísse das terras, já que, são terras do sul e ‘abandonadas’ pelo governo cearense,

este descaso do governo deve-se em consequência desta região não ser considerada "boa" economicamente para o Estado, [...] Assim, sem uma participação efetiva na economia do Estado, o Cariri não era prioridade nos demais assuntos, desse modo tornou-se alvo fácil para os coronéis que procuravam uma cidade para exercer seu poder sem interrupções e para os bandoleiros que buscavam refúgio das autoridades (BEZERRA, 2019, p. 40).

<sup>1</sup> Modo de vida de grupos que infringiam as leis e cometiam crimes.

Como explicitado, Aurora então acabou sendo comandada por coronéis, em meados dos início do século XX, o Ceará estava sobre os comandos de Acioli, e com ele o coronelismo assolava ainda mais, foi nesse período que a cidade de Aurora entrou em um momento devastador, a população aurorense vivia momentos sombrios, pois, “nenhuma vila da região foi mais sacrificada do que Aurora” (MACEDO, 1983, p. 107).

Por volta de 1908, acontecia na cidade uma disputa entre as famílias Leite e Macedo, esse momento ficou conhecido como “Fogo no Taveira”, em resumo se dá pela vontade de Antônio Leite Teixeira Neto (Totonho Leite), em depor seu sobrinho Antônio Leite de Oliveira que era Intendente Municipal da Cidade de Aurora. Para isso, Totonho Leite convocou a família Macedo, que exercia grande poder na região, para dar apoio a deposição, no entanto a mando de Maria da Soledade Landim (Marica Macêdo), coronela que estava à frente dos mandos da família, não autorizou que seus filhos participassem desse processo, já que havia uma relação familiar com o Intendente. "Agindo assim Marica Macêdo com seus correligionários compraram briga e tornaram-se inimigos do coronel Totonho Leite" (MACÊDO, 2019, p. 34).

Apesar da falta de apoio da família Macêdo, o coronel Totonho acabou conseguindo retirar Antônio Leite de Oliveira do poder, e assumiu a posse de Intendente, a qual foi concedida por Acioli, em 1907.

Com isso, as desavenças só cresciam, assim, o coronel Totonho, para vingar-se armava uma invasão ao Tipi, local onde a família Macedo residia, sendo Marica avisada desse atentado, ela partiu para pedir ajuda aos demais coronéis e parente da região do Brejão, em seu trajeto, ela e sua família, se hospedaram no Sítio Taveira, no Coxá, no qual fazia parte de Aurora, porém nesse Sítio também havia inimigos do coronel Totonho Leite. Com a vingança à vista, Totonho armou um cerco de policiais e atacou o Sítio Taveira, que ocasionou na morte de um filho de Marica Macêdo. Com isso, a família Macedo acabou sendo tomada pelo sangue de um de seus membros, deixando Marica em grande luto.

A família Macedo então conseguiu apoio dos seus parentes e coronéis do Brejão, a qual ordenou que o governador Acioli retirasse Totonho do poder, no entanto, o que o governador fez foi retirar as forças policiais das terras aurorense. O coronel Totonho e seus apoiadores fugiram para outros municípios.

Além desse ataque, houve um mais cruel ainda, em que,

a 23 de dezembro, chegaram os atacantes, procedentes de Milagres e Missão Velha, em número de seiscentos, comandados por Zé Inácio do Barro. E a Vila de Aurora capitulou após seis horas de cerrado tiroteio. Os agressores rouba-



ram e incendiaram casas comerciais, praticaram muitas ignomínias, inclusive estupros. A pilhagem e a devastação atingiram, principalmente, as propriedades do Cel. Totonho e de pessoas suas. Vinte e cinco fazendas foram incendiadas, impiedosamente, [...] (MACEDO, 1983, p. 108).

Assim, toda essa devastação ficou conhecida como a “questão de 8”, já que tudo se passou em 1908, “a verdade, entanto, é que, após os terríficos acontecimentos relacionados com a **Questões de 8**, a intranqüilidade e a insegurança, por muitos anos continuaram tomando conta de Aurora” (Idem, p. 109).

Diante disso, o processo político não poderia ser diferente, o coronelismo instalado no Estado, e conseqüentemente, em Aurora, resolvia-se através de um bacamarte, isso causou grande impacto na vida da população aurorense, pois era margeada de medo, crueldade, insegurança e pelo banditismo, fazendo com que a cidade fosse menos povoada ou que os residentes se retirasse da cidade, o que gerava impactos em sua economia e no seu crescimento.

Assim, no início do século XX, Aurora não era tão atrativa, apesar de existir o fluxo dos tropeiros que abasteciam a cidade, estes vinham pela estrada que ligava Icó a Crato.

Foi então no ano de 1920, que houve uma relativa mudança, pois naquela cidade foi implantada a Estação Ferroviária, que serviria para transportar com mais rapidez os insumos, visto que, a construção tinha como foco ligar os meios de produção para os de comércio/consumo.

Esse marco foi muito importante para a cidade, pois foi a partir da estação que o comércio alavancou, e além disso houve um salto para a modernidade, já que “a cidade de Aurora deixou de ser aquela cidade estática e pouco movimentada, passando a ter um centro urbano crescente durante os anos 1920. Dessa maneira, compreendemos que o início de sua modernização veio a partir da chegada dos trilhos e da Maria Fumaça (PASSOS, 2016, p. 28).

Com isso, o trem foi muito importante para o desenvolvimento de Aurora, além disso,

a alavancada da agricultura na zona rural do município ocorreu, principalmente, com a instalação de diversos engenhos, onde se fabricava aguardente. [...] Nesses termos, entendemos que a cidade de Aurora recebeu, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, uma enorme injeção de capital, com a exportação das culturas de cana-de-açúcar e algodão, tendo o trem como principal meio de escoamento das produções. Com efeito, houve alterações e ampliações do centro urbano e comercial da cidade (Idem, p.33).

Dessa forma, muitas coisas aconteceram durante a passagem do trem nas terras aurorense, tendo em vista que, os processos urbanos se afloravam e as mudanças sociais se instalavam, pois o fluxo de pessoas se tornava cada vez maior, e a economia subia em detrimento da

agricultura, em sua maioria, do algodão, e também do comércio. No entanto, com o fechamento das usinas e com a desativação do trem, a cidade de Aurora entrou em um declínio de todo esse processo de mudança social, econômica, política e de modernização.

Assim, dentro desse período de mudanças que Aurora passou, nos anos de 1950, o município atingiu, segundo os dados do (IBGE, 1959) a marca de 22.234 habitantes, o que é consideravelmente alto, tendo em vista a marca do último recenseamento de 2010, que consta uma diferença de aproximadamente um pouco de dois mil (2.000) habitantes.

Com isso, a educação de Aurora, do

total de habitantes em números de 18, 291, 6.476 sabiam ler e escrever em Aurora, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950. A instrução primária em Aurora é ministrada por 95 unidades de ensino fundamental comum, em que estavam matriculados, no início do ano letivo de 1956, cerca de 1.976 alunos de ambos os sexos. Em 1950, a quota de crianças matriculadas atingiu 17,68% em Aurora e 24,3% em todo o Estado do Ceará, consideradas as idades de 7 a 14 anos (IBGE, 1959, p. 74).

O que segundo (SOUSA, 1961, p. 36) “digamos, logo, de passagem, que dentre todos os municípios do interior do Estado, foi Aurora, segundo o recenseamento de 1950, o que apresentou mais alta quota de alfabetização (35,41%)”.

Assim, o processo de educação de Aurora, revela que os anos de 1950 trouxe grandes frutos para a cidade, o que apesar de um índice consideravelmente pequeno ainda demonstra estar mais avançado, em detrimento dos demais.

Os anos de 1960 acaba marcado por processos de grandes reviravoltas políticas, mas apesar disso, entra ainda em voga o coronelismo que ainda era parte integrante do Cariri, assim, a década em questão, ainda não se torna o período de desativamento total da estação, a economia ainda girava, e o reflexo educacional também.

Dentro desse processo de mudanças na visão sobre Aurora, novas modificações aconteceram, na qual em 1965 é inaugurada uma ponte sobre o rio Salgado (Figura 2), que ainda não existia até essa data.

Figura 2 – Ponte sobre o rio Salgado em Aurora



Fonte: Acervo de imagens da Secretaria de Cultura de Aurora.

A vista disso, Aurora foi um município muito massacrado pelas desordens de poder dos coronéis e do banditismo, tornando-se um lugar com pouca visibilidade e marcado pelo medo, apesar de mudanças acontecerem e a modernização ter entrado nos ares aurorense, foi muito curto seu período, o que não trouxe uma certa instabilidade econômica, já que a produção e a exportação de algodão ficou cada vez mais escassa. Então, a cidade de Aurora é um lugar provindo do meio rural, e que, em sua maioria, depende da agricultura para o sustento familiar, apesar de haver alguns comércios, é com a ‘enxada’ nas mãos que o aurorense fortalece a economia da cidade.

## **4 LEMBRANÇAS DO ‘MEU TEMPO’ DE ESCOLA: RELATOS DE PESSOAS QUE ESTUDARAM NOS ANOS DE 1960 EM AURORA**

Neste capítulo será apresentado a entrevista dos estudantes do sexo masculino, que estudaram dos anos de 1960 em Aurora, esses sujeitos são cidadãos do município, aurorense desde seu nascimento, então viram muitas mudanças que aconteceram no decorrer do tempo, sujeitos esses com mais de 70 anos de idade e com muita coisa vivida, assim muitas lembranças e memórias.

E então, apresentado suas lembranças em relação a estrutura, as aulas, as avaliações e também sobre o momento marcante para eles que foram os desfiles do dia 07 de setembro. Assim se guiará por uma conversa, que não apresentará pontos de interpeção sobre o que foi relatado pelos participantes da entrevista.

### **4.1 A escola da minha época: lembranças da escola de aprendizagens**

Como relatado no tópico anterior, na década de 1950, o município de Aurora seguia com números altos de alfabetização e inserção na escola, em comparação aos outros municípios. Ancorada por pequenas escolas, que muitas vezes eram apenas uma sala na casa da professora, servindo de suporte para a oferta do ensino.

Assim, os dois sujeitos de nossa pesquisa, estudaram na Escola Paroquial, o que como já apresenta no próprio nome, era uma escola com vinculação a igreja, sendo esta a igreja do Menino Deus, essa escola está localizada bem próxima a praça da matriz, e lá frequentaram juntos o ensino primário, esta escola ofertava tanto o primário quanto o ginásial.

Ao se recordarem da estrutura da sala em que estudavam, explicam que: “tinha lousa. As cadeiras... era as cadeiras, é aquelas cadeiras de dois né? que senta duas pessoas na carteira” (Entrevistado 2). “Antigamente chamava carteira nera?” (Entrevistado 1).

E ao se questionar sobre a divisão de turmas tem-se que, no primário “era na 1º, 2º, 3º, 4º, cada um tinha seu professor só. [...]” (Entrevistado 1). Já no “ginásio tinha professor de matemática, português, história [...]. Dia de sábado, ...religião era dia de sábado, se juntava aí (apontava para a escola - o Paroquial) tinha missa, tinha tudo. A gente ia para a missa, para a igreja, dia de sábado, só dia de sábado” (Entrevistado 2). Assim, havia apenas um único professor que devia reger sua sala no primário, tomando a responsabilidade de um turno completo, não sendo o mesmo caso para o ginásio. Além disso, é perceptível o elo da educação com a religião, sendo um dia específico apenas para que os alunos fossem para a igreja, e participassem do culto

religioso.

Assim, a disciplina de religião era praticada dentro da igreja, e com isso havia a avaliação das aprendizagens, em que, “o professor de religião chegava, fazia aquelas perguntas ali e ali mesmo você... quem sabia respondia, quem não sabia...” (Entrevistado 1). Diante disso, o processo de avaliação das outras disciplinas se davam através da escrita, dessa forma, a professora

- “botava aquelas perguntas na lousa e era só copiando, copiando as perguntas tudim, aí depois você respondia, aí entregavam aquela prova pra eles corrigirem” (Entrevistado 1).
- “Tirava do livro, tinha a resposta né, pergunta-resposta. Mas toda matéria era decorada” (Entrevistado 2).
- *Até de português?* (Pesquisadora).
- Era tudo decorado (Entrevistado 2).
- Tinha um dia de falar sobre redação, tinha que aprender redação, essas coisas (Entrevistado 1).

Diante da fala dos entrevistados percebe-se uma grande recorrência da decoração, esta que acaba se transformando em uma forma mecanizada em que o aluno decora e busca lembrar as respostas apresentada pelo professor, tornando correta aquela resposta a qual foi decorada e sistematizada, então recorria-se muito ao aprender decorando.

Dessa forma, acaba isso sendo bem caracterizado por uma pedagogia liberal tradicional, em que “a ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização visa disciplinar a mente e formar hábitos”(LUCKESI, 2011, p. 75). E com isso,

a aprendizagem, assim, é receptiva e mecânica, para o que se recorre frequentemente à coação. A retenção do material ensinado é garantida pela repetição de exercícios sistemáticos e recapitulação da matéria. A transferência da aprendizagem depende do treino; é indispensável a retenção, a fim de que o aluno possa responder às situações novas de forma semelhante às respostas dadas em situações anteriores (Idem, p. 76).

Assim sendo, como parte de todo o processo de memorização e avaliação, busca-se a aprovação, em que os rendimentos eram cruciais, pois ali apresentava destaque e notoriedade, além de reforço positivo, tão presente na pedagogia já apresentada. Reflexo disso, refere-se que:

- “Agora, a nota X mesmo era o 10, aluno que tirava 10 era só pra frente” (Entrevistado 1).
- “Reprovado era 4, e aprovado era 5” (Entrevistado 2).
- “Pessoal admirava que eu vinha do sítio aí, sempre, sempre nas provas acompanhava os outros, na classe com 35-40, aí tinha uns 8-10 que era mais adiantado nera, aí eu

acompanhava eles, era 10, 9, 10... Sempre, sempre eu tirava 2º- 3º lugar” (Entrevistado 1).

Orgulhoso de suas boas notas, o Entrevistado 1, em momentos de confiança, reforçou que como morador do sítio (parte mais ruralizada de Aurora), era bem mais difícil conciliar o trabalho com a escola, pois deveria auxiliar o pai na lavoura para garantir o sustento familiar, também não tinha transporte para que chegasse a escola, ia à pé do sítio até a escola que fica no centro de Aurora. Além disso, conta não ter tido tanto apoio dos pais para estudar, pois era algo sem retorno financeiro, ou “sem futuro algum”, sendo isso recorrente em muitos meios familiares. Diante dessa falta de estímulo e alguns empecilhos, o Entrevistado 1 concluiu apenas o primário.

Dentro disso, a família não era tão presente dentro da escola, conferindo a isso, a persistência na escola e a educação parte do querer de quem vai estudar na instituição, ou seja, ao questionar sobre os pais comparecerem na escola para acompanhar seus filhos ou receber as notas, responderam que “os pais? Nada, meu pai nunca foi não, precisava não” (Entrevistado 2). Assim, para que o sujeito seguisse na escola, dependia apenas dele mesmo.

Sabendo que o período era marcado, ainda, pelos processos de castigos, ao questioná-los sobre isso, os entrevistados primeiramente recusaram haver qualquer castigo, fazendo isso parte do processo de lembrança, em que é um processo trabalhoso e pode não se ter uma resposta precisa.

Com isso, ao indagá-los sobre o tipo de castigo conhecido - a palmatória, apresentaram ter tido conhecimento desta, “Ah! tinha a palmatória, mas era no ABC, quando a gente começou a ver... na cartilha, nera? Tabuada, essas coisas” (Entrevistado 2). Assim foram relembando de mais outro castigo, este vivenciado no Paroquial,

- “Você sabia disso... faz como é... dá o ponto né, aí não sabia do ponto né, era castigado, e ia pra secretaria aí, chegava lá e ficava em pé, passava 1 hora 2 horas desse jeito” (Entrevistado 2).
- “Era os castigos que tinha, quase todo dia tinha um menino de castigo; hoje em dia não existe mais isso né. Botava lá, tantas horas, e depois saía. Depois vinha o diretor, vinha não sei quem, para liberar né? O negócio era sério antigamente” (Entrevistado 1).

Diante disso, pegando gancho com o relato de um dos entrevistados, pode-se perceber que a introdução nas aprendizagens iniciaram com a cartilha do ABC, em que, atendia ao processo de decoração, assim

- Tinha cartilha, tinha tabuada, tinha tudo nerá? (Entrevistado 2).
- É, estudava na tabuada; tinha aquela aula só de tabuada, pra aprender. . . que era de número (Entrevistado 1).
- Perguntava, tinha que decorar as coisas (Entrevistado 2).
- Tinha aquelas aulas certas, cada dia tinha aquele. . . dia de tabuada, dia de religião, dia de história, de num sei o que (Entrevistado 1).
- Tabuada a gente decorava (Entrevistado 2).

Com isso, a cartilha do ABC e a tabuada foram bem marcantes no processo de aprendizagem desses sujeitos, já que passavam muitos momentos decorando para que no dia certo pudessem acertar o que lhe era perguntado, o que traz a tona novamente a questão da decoração, ponto forte encontrado na educação desses sujeitos, sendo este método utilizado em todas as disciplinas.

Assim sendo, vale ressaltar que os processos educacionais a qual esses sujeitos passaram ainda ocorre muito nos tempos atuais, tendo em vista que a pedagogia tradicional ainda se faz forte e presente com o passar do tempo. Além disso, é compreendido que nos relatos há a presença marcante do processo de decoração, também reflexo da pedagogia tradicional.

Existe ainda uma educação baseada no querer próprio, em que o jovem estudante dependia de si para prosseguir nos estudos, não havia tantos incentivos familiares, bem como os diversos empecilhos para alguns destes, pois em sua maioria, faziam parte da camada mais pobre e deveria conciliar a agricultura com o estudo, além de que percorria as longas 'léguas' de distância diariamente para poder se fazer presente na sala de aula.

#### **4.2 Memória e nostalgia: lembranças da década de 60**

O período dos anos de 1960 traz forte participação das instituições privadas, não é a toa que a LDB de 1961 abre bastante margem para isso, dessa forma, esses modelos de escola eram bem mais presentes nos municípios, diante disso, em Aurora havia tanto a Escola Paroquial, como outras instituições tanto privadas quanto públicas, tendo em vista que,

- “Tinha o Patronal”(Entrevistado 2).
- “Era uma escola particular era?... particular não, era do Estado, onde hoje é a padaria ali. Era um colégio grande, em frente a praça. Agora acho que o Patronal era do Estado, que nem o Monsenhor ali” (Entrevistado 1).
- “Era só o Paroquial e esse Patronal. O Paroquial que era pago” (Entrevistado 2).

- “Aqui era Paroquial, que foi inaugurado na década de 60, aí o Patronal já era antigo, já existia o Patronal, e esse Monsenhor também era antigo demais. Aquele Romãozão já é novo. Na época era o Paroquial, o Monsenhor e o Patronal, eram as conhecidas de Aurora. Aí o Patronal venderam o prédio, aí acabou-se. Aí depois apareceu as outras, e escola particular tem muita, escolinha que eles fazem em casa mesmo né” (Entrevistado 1).

Assim, o Paroquial foi o local educacional escolhido por se tratar de uma escola, considerada pelos entrevistados ‘melhor’, conferindo a isso, uma precariedade na educação pública, o que já era o reflexo do Ceará, como visto anteriormente, a educação pública se fazia às margens do ‘querer’ de oferta do Estado.

Tendo em vista o período que viveram, início da ditadura, não se viu diretamente nenhuma articulação interventora na educação destes, mas se percebeu bastante o espaço destinado à solenidade do Hino do Brasil. Diante disso, tem-se os momentos comemorativos na escola, sendo recorrente nas falas dos entrevistados o 07 de setembro, destinado a Independência do Brasil, assim,

Todas as crianças, jovens estudantes dos vários estabelecimentos, das escolas públicas e privadas, de todos os níveis de ensino e de professores eram convidados a participar das várias comemorações cívicas, um chamamento como uma lembrança da obrigação e da relação de fidelidade ao Estado, não esquecendo que todos tinham que participar e de não deixar de lembrar que o futuro do país lhe pertencia (MELO, 2009, p. 131).

Bem como, “a festa é um acontecimento que geralmente tem como uma das intenções a alegria, em que o tempo real é escondido, há uma suspensão do que é vivido, cria-se outro tempo, é o tempo de comemorar” (MELO, 2009, p. 137). Assim, as pessoas saíam de suas casas e se uniam com outras para prestigiar e se deslumbrar com os desfiles que enchiam as ruas da cidade, o que despertava ainda mais o sentimento de pertencimento à nação.

Com isso,

- “Antigamente o sete de setembro era lindo demais, passava uma semana, uns 7-8 dias (Treinando) Todo dia que terminava às 17:00 da tarde, ia pra aqueles ensaio, ficava subindo e descendo, no dia 7 era tudo preparado pra aquilo ali. Eu achava lindo demais na época do 7 de setembro, a gente passava 7-8 dias, todo dia depois da aula. Se fosse no período da manhã, era antes da aula, 5 da manhã tava batendo aí nas ruas, aí no período da tarde, quando terminava 17:00 horas, de 17:00 as 18:00 era os ensaio, subia nas ruas e descia, a escola todinha em fila e a bateria” (Entrevistado 1).
- “Era bom demais” (Entrevistado 2).



- “Hoje acabou-se, nem dia 5 a gente vê nada né, acabou-se foi tudo. Era lindo de primeiro” (Entrevistado 1).

Assim, foi possível perceber nas falas um misto de emoção e nostalgia. Diante disso, é perceptível como era importante para esses sujeitos o momento cívico (Figuras 3 e 4) que acontecia em forma de festejo, toda sua preparação e a beleza que enchia as ruas de pessoas em marcha e outras que admiravam o momento. Além disso, o relato apresenta forte decepção, pois momentos assim não fazem mais parte nos dias atuais em Aurora.

Figura 3 – Desfile do dia 07 de Setembro, em Aurora



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Aurora.

Com isso, tomando gancho desse princípio de diferenciação dos dias ‘antigos’ com os atuais, levantou-se então a questão sobre a educação atual, fazendo uma breve comparação, em que, “a de hoje era melhor ne? hoje é mais fácil, antes era difícil demais” (Entrevistado 2). Diante disso,

- “Hoje tem a facilidade da internet, antes não existia isso, hoje você não vê nada em quadro. Eu acho que era o tempo que melhor se aprendia as coisas, hoje não se aprende. Antigamente, nos estudava e aprendia” (Entrevistado 1).
- “Hoje você não vê nada em quadro, só em internet. De primeiro, pegava a matéria, copiava na lousa lá, passava pro caderno e ia estudar em casa. Decorava as coisas, né?” (Entrevistado 2).

<sup>1</sup> Nota-se o prédio do colégio Paroquial, mas necessariamente, o local do período ginásial.

Figura 4 – Momento cívico em Aurora, em cores <sup>1</sup>



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Aurora.

Dessa forma, compreende-se que para os velhos a qual se entrevistou, hoje a educação é distinta da deles, já que na atual é algo mais fácil e não necessita de tanto esforço para que o estudante se desenvolva e aprenda, o que se tratando dos tempos de seus estudos por ser mais dificultoso demandava mais de sua força de vontade, tentando estudar o que era passado, através da decoração da matéria. Complementando ainda que, “eu conheço aluna, adolescente, que fez não sei o que, terminou não sei o que, aí quando você coloca em uma matemática não sabe nem para onde vai. E nós com 4º série, nos entendia quase tudo” (Entrevistado 1).

Assim sendo, o desenvolvimento das aprendizagens dos entrevistados nos parece ainda fazer parte de si, com tantas decorações que se agregaram a sua memória. Apesar disso, a educação sofreu grandes saltos, com novas pedagogias, novas visões sobre a educação, isso demonstra que a cada época os sujeitos se moldam de acordo com o que lhe é oferecido. Pois se antes lhe ofertava apenas a decoração como meio para aprender, na perspectiva atual agrega-se também a tecnologia aos aprendizados.

## 5 CONCLUSÃO

O processo histórico de educação no Brasil delineia diversos percursos, documentos diferentes e metodologias, em que, algumas delas são distintas, outras apenas alteradas, no entanto, é perceptível como a influência dos métodos tradicionais se apresenta desde a chegada dos Jesuítas no Brasil, que implementou a catequização e seus métodos.

Com isso, a pedagogia tradicional vai perpassando anos após anos, prezando por uma construção de aprendizagens baseada na transmissão de algo, repetição de conteúdos, bem como, ter um responsável, que normalmente é o docente, detentor de todos os conhecimentos e os alunos o depósito de guarda.

Apesar de um longo período dos anos jesuíticos até a década dos anos de 1960, ainda remonta traços da história educacional dos primórdios, apesar de todo o processo de modernização vivida no Brasil, houve um processo de retrocesso na educação com a chegada do MOBRAL, que não agregou em nada no desenvolvimento alfabético e educacional dos brasileiros. Assim, são processos metodológicos marcados por uma cronologia bem distantes, mas que ambos oferecem uma educação alienatória, em que a criticidade e as aprendizagens de convivência social e política não são parte disso, além de que, promovem mais ainda a divisão de classe.

Assim sendo, ao recapitular o processo de educação brasileira, e conseqüentemente cearense, foi nos relatos dos velhos de Aurora que compreendeu que o reflexo de sua educação era baseada no processo de memorização e decoração, ou seja pedagogia tradicional, cujo os reflexos do momento político da época foi pouco representado, o que levou a perceber que na década de 1960, as influências militares na cidade de Aurora foram através do pertencimento cívico, em que o jovem cidadão se sentia orgulhoso de estar 'saudando' sua pátria através da preparação e do momento cívico.

Com isso, entende-se que o processo desse trabalho não compreende-se a contrapor os relatos, já que a vivência de cada sujeito é única, subjetiva e individual, ou seja, cabe aqui resguardar a memória e a nostalgia compartilhada. Diante disso, buscou-se trazer as lembranças dos velhos para construir uma identidade vivida na época, contribuindo para a construção histórica da cidade, a qual é tão esquecida e pouco documentada.

Além disso, vale destacar a importância de escuta dos mais velhos, entender o que tem-se a ser contado e a ser passado, pois são deles que a história pode ser encontrada, documentada e compartilhada com outras pessoas, bem como são deles que muitas tradições

geracionais são guardadas, e assim registrar proporciona eternizar tanto o ser que se presta a lembrar quando os momentos que este viveu. Portanto, ao documentar sua memória, se tornará história, construída por tramas de lembranças que o ‘vento’ não vai levar.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, W. L. U. **A história da Educação no Brasil**: da descoberta à lei de diretrizes e bases de 1996. Monografia - Lins: Curso de Pós Graduação Lato Sensu em metodologia do Ensino Superior. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2009.
- ASSIS, R. M. de. A educação brasileira durante o período militar: A escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, 2012.
- BEZERRA, B. L. **Marica Macêdo**: O protagonismo feminino no município de Aurora - CE. Monografia - Cajazeiras: Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2019.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CASTELO, P. A. História da instrução e da educação do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, 1943.
- CÍCERO, J. A arte aurorense e os seus vultos históricos. In: CÍCERO, J.; BITENCOURT, M. (Ed.). **Serra Azul e outros ilustres filhos de Aurora**. Aurora: Editora Gráfica Cajazeiras, 1996.
- GERHARDT, T. E. *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Ed.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.
- IBGE. **Histórico dos municípios do Estado do Ceará**. 1959. Acessado em: 10 set. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>.
- IBGE. **Cidades e Estados**. 2021. Acessado em: 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/aurora.html>.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACEDO, J. Notícias históricas de Aurora. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 97, 1983.
- MACÊDO, R. M. L. de O. **Tramas políticas de uma líder**: O poder de Marica Macêdo na cidade de Aurora - Ceará (1908-1924). Monografia - Cajazeiras: Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2019.
- MELO, F. E. de. Práticas de clientelismo, educação planejada e o sonho da redenção humana em torno do PLAMEG – Plano de Metas do Governo Virgílio Távora (Ceará, 1963-66). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011.
- MELO, S. M. B. **A Construção da Memória Cívica**: As festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930 - 1945). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira Fortaleza-CE, 2009.
- PASSOS, L. P. **“Pelo amor que lhe tenho, você vai morrer”**: uma análise de crimes passionais na cidade de Aurora (Ceará, anos 1950). Trabalho de conclusão de curso - Cajazeiras: Centro de Formação de Professores. Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

- PERAZZO, P. F. Narrativas orais de histórias de vida. **Comunicação & Inovação**, v. 16, 02 2015.
- REMER, M. M. Z.; STENTZLER, M. M. Método intuitivo: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da educação integral. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2009.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2010.
- SOUSA, J. M. de. **Sistemas educacionais cearense**. Recife: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1961.
- SOUSA PINTO. História da Instrução e da Educação do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, S/d.
- VAGO, E. A. L.; SCHWARTZ, C. M. O ensino primário na década de 1960: considerações acerca do Brasil, do Espírito Santo e de Santa Teresa. **Revista Ágora**, n. 18, 2013.
- VIEIRA, S. L. **História da educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.